



Ministério Público



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

SUBPROCURADOR-GERAL JUDICIAL
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO

OUIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO - **PRESIDENTE**
ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

DILMAR LOPES CAMERINO
DENNIS LIMA CALHEIROS

VICENTE FELIX CORREIA
JOSÉ ARTUR MELO

EDUARDO TAVARES MENDES*

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

MARCOS BARROS MÉRO
VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

*Afastado para exercício de mandato eletivo

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO - **PRESIDENTE**

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO

DILMAR LOPES CAMERINO

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
HUMBERTO PIMENTEL COSTA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR
LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 1º CAO

JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES

DIRETOR DO 2º CAO

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

CHEFE DE GABINETE

ALMIR JOSÉ CRESCENCIO

DIRETOR GERAL

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO

IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO

JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

ARTHUR TAVARES DE CARVALHO BARROS

DIRETORA DE PESSOAL

DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA

ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

JANAINA RIBEIRO SOARES

DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA

PRISCILA GONÇALVES TENÓRIO LINS TEIXEIRA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO, DESPACHOU, NO DIA 23 DE MARÇO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 3741/2012.

Interessado: Secretaria de Estado da Fazenda/Superintendência da Receita Estadual.

Assunto: Encaminhamento de documentos.

Despacho: Ao Gecoc.

Proc: 1039/2015.

Interessado: Promotoria de Justiça de São Sebastião.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 3940/2015.

Interessado: Promotoria de Justiça de Paripueira.

Assunto: Representação.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 567/2016.

Interessado: Delegacia Geral da Polícia Civil.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Reitere-se o ofício de fl. 8.

Proc: 4343/2016.

Interessado: Adriana Rodrigues de Oliveira da Silva.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Pedido de providências. Pedido de mudança de lotação. Servidor cedido. Inexistência de cumprimento das disposições inseridas na cláusula segunda do Termo de Convênio de Cooperação Mútua de Cessão. Informação da Diretoria de Pessoal. Pelo indeferimento do pleito e ulterior expedição de ofício às Prefeituras de Campo Alegre e Girau do Ponciano".

Proc: 565/2017.

Interessado: Raquel Rezende Gomes Leal, Analista do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face da edição da Resolução nº 157, de 31 de janeiro de 2017, retornem os autos à douta Consultoria Jurídica.

Proc: 767/2017.

Interessado: Dra. Karla Padilha Rebelo Marques, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de licença especial.

Despacho: Defiro os pedidos nos termos do requerimento de fl. 8. Remeta-se cópia à Assessoria Especial e ao setor encarregado da elaboração da escala de férias dos membros. Em seguida, avaliam os autos à DP, para as medidas cabíveis.

Proc: 816/2017.

Interessado: Dr. Luiz Barbosa Carnaúba, Procurador de Justiça/Diretor da ESMP.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Servidores Públicos. Convênio de Cooperação Técnica e Administrativa nº 3/2017, firmado entre o Ministério Público Estadual e a Prefeitura de Boca da Mata. Existência. Pedido de cessão de servidor público Municipal a este Ente Ministerial. Possibilidade condicionada, sugerindo observância da cláusula segunda convênio formalizado, e remessa dos autos à Diretoria de Pessoal desta PGJ/AL, para as medidas cabíveis".

Proc: 866/2017.

Interessado: Diretoria de Apoio Administrativo.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: “Administrativo. Licitações e Contratos. Serviços técnicos de estudo preliminar e estimativa de custo de obra, referente a uma eventual construção da sede da Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro. Justificada a necessidade da contratação. Termo de Referência. Orçamento n° 37/2017, elaborado pelo setor de compras contendo cotações de preços no mercado local. Aplicação do art. 24, inciso II, c/c art. 23, inciso II, alínea “a” da Lei n° 8.666/93. Análise da Controladoria Interna. Possibilidade de contratação direta pelo menor preço, apresentado pela Sra. Aimara Gomes da Rocha, no valor total de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais). Existência de disponibilidade orçamentária e financeira para o atendimento da despesa. Pelo deferimento”.

Proc: 976/2017.

Interessado: Promotoria de Justiça de Pilar.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Junte-se ao Proc. 3331/2016.

Proc: 1036/2017.

Interessado: Asplage.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À DPO para informar.

Proc: 1039/2017.

Interessado: Diretoria de Apoio Administrativo.

Assunto: Requerimento de emissão de empenho.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: “Administrativo – Serviço autônomo de Água e Esgoto-SAAE – Empenho Estimativo para a Promotoria de Justiça de União dos Palmares. Exercício 2017. Lei n° 4320/64. Inexigibilidade de Licitação – Aplicação do art. 25 da Lei n° 8.666/93 e suas alterações. Informação das Diretorias de Programação e Orçamento e Contabilidade e Finanças sobre a existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira para atender à despesa. Pelo deferimento”. À DG para as medidas cabíveis.

Proc: 1082/2017.

Interessado: Escola Superior do Ministério Público - ESMP

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: “Administrativo. Convênio de concessão de estágios curriculares para os alunos dos cursos de graduação da Universidade Tiradentes – UNIT, situada no Campus Aracaju e mantida pela Sociedade de Educação Tiradentes SS Ltda, sede de Sergipe, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas. Objeto que se coaduna com o Programa de Estágio do Ministério Público do Estado de Alagoas, regulamentado pelo Ato CSMP n° 01/2013. Hipótese de inexigibilidade de licitação, com espeque no art. 25, caput e art. 116 da Lei n° 8.666/93 e suas alterações. Pelo deferimento e providências que o caso requer”.

Proc: 1096/2017.

Interessado: 2ª Vara Federal/Seção Judiciária de Alagoas

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Coordenação das Promotorias de Justiça Criminais Residuais da Capital, obedecidas as cautelas de estilo. Cientifique-se o interessado.

Proc: 1097/2017.

Interessado: Thaís Maria Pacífico Bezerra, Técnico do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de licença médica.

Despacho: Em face da manifestação da Superintendência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional à fl. 8, defiro a licença por motivo de doença em pessoa da família solicitada por Thaís Maria Pacífico Bezerra, no período de 13 de fevereiro de 2017 a 14 de março de 2017. À DP para as medidas de estilo.

Proc: 1139/2017.

Interessado: 10ª Procuradoria de Justiça Cível.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: “Pedido de Providências. Pretensão abrangida pelo objeto dos autos do processo n° 915/2017, antecedente. Continência Administrativa. Conveniência da juntada, por imperativos de segurança jurídica. Pela juntada dos autos ao Processo n° 915/2017”.

Proc: 1164/2017.

Interessado: Dra. Fernanda Maria Moreira de Almeida Lôbo, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Defiro o pedido. Lavre-se a necessária portaria.

Proc: 1172/2017.

Interessado: Juízo de Direito da Comarca de Pão de Açúcar.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Junte-se ao Proc. 1122/2017.

Proc: 1175/2017.

Interessado: 13ª Vara Federal/Seção Judiciária de Alagoas.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1179/2017.

Interessado: Juízo de Direito da Comarca de Olho D'Água das Flores.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1192/2017.

Interessado: Promotoria de Justiça de Maragogi

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Ao GECOC para se manifestar.

Proc: 1206/2017.

Interessado: Corregedoria Geral da Justiça.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1207/2017.

Interessado: Eletrobrás Distribuição de Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 1212/2017.

Interessado: Coordenação-Geral de Proteção a Testemunhas/Ministério da Justiça e Cidadania.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1216/2017.

Interessado: Promotoria de Justiça de Paripueira.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Ao GECOC para se manifestar.

Proc: 1217/2017.

Interessado: Departamento Nacional de Trânsito/Ministério das Cidades.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1226/2017.

Interessado: Banco Santander.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1229/2017.

Interessado: 4ª Promotoria de Justiça de Penedo.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1230/2017.

Interessado: Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - CSPB.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 02.2017.00000747-0.

Interessado: Santa Casa de Misericórdia de Maceió.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2017.00000774-8.

Interessado: Procuradoria da República no Estado de Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, DESPACHOU, NO DIA 23 DE MARÇO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 1306/2013.

Interessado: Dra. Salete Adorno Ferreira, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face da informação do Diretor-Geral, à fl. 12, archive-se.

Proc: 1352/2013.

Interessado: Dra Hylza Paiva Torres de Castro, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face da informação do Diretor-Geral, à fl. 7, archive-se.

Proc: 1793/2013.

Interessado: Dr. Sílvio Azevedo Sampaio, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face da informação do Diretor-Geral, à fl. 10, archive-se.

Proc: 1943/2013.

Interessado: Dr. Alberto Fonseca, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face da informação do Diretor-Geral, à fl. 23, archive-se.

Proc: 2429/2013.

Interessado: Ranulfo Paes Araújo, Analista do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face da informação do Diretor-Geral, à fl. 13, archive-se.

Proc: 4643/2013.

Interessado: Dr. Cyro Eduardo Blatter Moreira, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face da informação do Diretor-Geral, à fl. 10, archive-se.

Proc: 4818/2013.

Interessado: Dr. Givaldo de Barros Lessa, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face da informação do Diretor-Geral, à fl. 27, archive-se.

Proc: 2216/2013.

Interessado: Dra. Fernanda Maria Moreira de Almeida, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face da informação do Diretor-Geral, à fl. 15, archive-se.

Proc: 2046/2014.

Interessado: Dra. Margarida Maria Couto Monte, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: À DPO/DCF para informar.

Proc: 1304/2015.

Interessado: 4ª Promotoria de Justiça da Capital.

Assunto: Requerimento providências.

Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 125/2017.

Interessado: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face da informação do Diretor-Geral, à fl. 6, archive-se.

Proc: 1076/2017.

Interessado: Dra. Maria José Alves da Silva, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Em seguida, archive-se.

Proc: 1132/2017.

Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.

Assunto: Encaminhamento de documentos (IC nº 1.11.000.001344/2013-20).

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1215/2017.

Interessado: Promotoria de Justiça de Viamão/RS.

Assunto: Encaminhamento de carta precatória.

Despacho: À 10ª Promotoria de Justiça da Capital.

Proc: 1221/2017.

Interessado: Dr. Wesley Fernandes Oliveira, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, notadamente a edição da Portaria PGJ nº 413, de 22 de março do corrente ano, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 02.2016.00001993-0.

Interessado: 6ª Promotoria de Justiça de Penedo.

Assunto:Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa de expediente à 6ª Promotoria de Justiça de Penedo, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 02.2017.00000452-9.

Interessado: Promotoria de Justiça da Comarca de Cajueiro/AL.

Assunto: Requerimento de publicação.

Despacho: Defiro o pedido. Publique-se a portaria respectiva. Remeta-se cópia da recomendação anexa à Diretoria de Comunicação. Em seguida, à Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público.

Proc: 02.2017.00000473-0.

Interessado: Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de União dos Palmares/AL.

Assunto:Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à 2ª Promotoria de Justiça de União dos Palmares, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 02.2017.00000534-0.

Interessado: Adriana Mangabeira Wanderley.

Assunto:Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à 43ª Promotoria de Justiça da Capital, obedecidas as cautelas de estilo. Cientifique-se o interessado.

Proc: 02.2017.00000704-8.

Interessado: Maria do Carmo da Silva.

Assunto:Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à 39ª Promotoria de Justiça da Capital, obedecidas as cautelas de estilo. Cientifique-se o interessado.

Proc: 02.2017.00000706-0.

Interessado: MARIA BETANIA ARAÚJO DE OLIVEIRA.

Assunto:Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Coordenação das Promotorias de Justiça da Fazenda Estadual, obedecidas as cautelas de estilo. Cientifique-se o interessado.

Proc: 02.2017.00000757-0.

Interessado: George Samuel Sanguinetti Fellows.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2017.00000758-1.

Interessado: Alberto Jorge Lemos de Melo Filho.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2017.00000768-1.

Interessado: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

Assunto:Requerimento de providências.

Despacho: À Promotoria de Justiça de Mata Grande.

Proc: 02.2017.00000769-2.

Interessado: Procuradoria da República no Estado de Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2017.00000770-4.

Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2017.00000773-7.
Interessado: PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2017.00000775-9.
Interessado: Procuradoria da República no Estado de Alagoas.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 23 de março de 2017.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Analista do Ministério Público

PORTARIA PGJ n° 422, DE 23 DE MARÇO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 1164/2017, RESOLVE excluir da Portaria PGJ n° 396, de 16 de março de 2017, a Dra. FERNANDA MARIA MOREIRA DE ALMEIDA, 15ª Promotora de Justiça da Capital, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAS DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ n° 423, DE 23 DE MARÇO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 1101/2017, RESOLVE designar o Dr. JOSÉ CARLOS SILVA CASTRO, 2º Promotor de Justiça de Penedo, de 3ª entrância, para funcionar no processo n° 0001001-16.2012.8.02.0051, com audiência designada para o dia 30 de março do corrente ano, em tramitação na 1ª Vara Cível de Rio Largo. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAS DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ n° 424, DE 23 DE MARÇO DE 2017

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 1170/2017, RESOLVE conceder em favor do Dr. CLÁUDIO JOSÉ MOREIRA TELES, 2º Promotor de Justiça de Delmiro Gouveia, de 2ª entrância, portador do CPF n° 633.993.005-06, matrícula n° 69204, 4 (quatro) meias diárias, no valor unitário de R\$ 224,38 (duzentos e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos), perfazendo um total de R\$ 897,52 (oitocentos e noventa e sete reais e cinquenta e dois centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Mata Grande, nos dias 2, 9, 16 e 23 de fevereiro do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Mata Grande, em razão da designação contida na Portaria PGJ n° 291, de 30 de março de 2009, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 – Diária, pessoal civil. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

ATO PGJ N. 10/2017

Altera o Art. 13 (com redação dada pelo Ato PGJ n° 01/2017) do Ato PGJ n° 06/2011, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias aos membros e servidores do Ministério Público do Estado de Alagoas.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições constantes do art. 9º, inciso V, da Lei Complementar Estadual n° 15/1996,

RESOLVE:

Art. 1º. O Art. 13 passa a ter a seguinte redação: “Art. 13. Não serão pagas mais de 5 (cinco) diárias por mês, sendo o máximo de 1 (uma) diária por semana, correspondente a cada Promotoria de Justiça acumulada, salvo quando expressamente justificadas e previamente autorizadas pelo Procurador-Geral de Justiça”.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Maceió, 22 de março de 2017.

ALFREDO GASPAS DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA DG N° 23/2017

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, e conforme dispõe o Ato PGJ n° 10/2014, de 30 julho de 2014, art. 1º, parágrafo 1º, resolve designar os servidores PATRIK ROCHA DE BARROS, matrícula n° 825970-4, JACKSON COSTA DOS SANTOS, matrícula n° 825502-4 e ROSALVO FORTES FONTAN JÚNIOR, matrícula n° 19310-0, para, sob a presidência do primeiro, e os servidores MÁRIO FERREIRA DA SILVA JÚNIOR, matrícula n° 825495-8 e JOÃO RODRIGO SANTOS FERREIRA, matrícula n° 825750-7, como suplentes, comporem a Comissão de Inventário do Ministério Público do Estado de Alagoas – CIMPAL, com pelo período de 12 (doze) meses.

Maceió, 22 de Março de 2017.

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL
Diretor-Geral
Procuradoria-Geral de Justiça

EXTRATO DO CONTRATO N° 4/2017

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ n° 12.472.734/0001-52).

CONTRATADA: VENTISOL DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA DE APARELHOS ELÉTRICOS LTDA (CNPJ n° 17.417.928/0001-79).

DO OBJETO: Aquisição de condicionadores de ar advindos da Ata de Registro de Preços n° PGJ/AL-18/2016, face as especificações técnicas constantes do Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços n° 3/2016, quantidades, valores unitários e totais estabelecidos neste Contrato, conforme processo n° PGJ/AL-384/2017.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Objeto de Licitação – Pregão Eletrônico para Registro de Preços n° 3/2016 – Ata de Registro de Preços PGJ n° 18/2016, com fulcro nas Leis Federais n° 10.520/02, n° 8.666/93 e suas alterações, conforme Processo n° PGJ/AL-5147/2015.

DO VALOR: R\$ 12.020,58 (doze mil, vinte reais e cinquenta e oito centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusas no PPA- 2016-2019, no Programa de Trabalho – 03.122.0195.3013.0000 – Aparentamento do Ministério Público, natureza de despesa: 449052-12 – Equipamentos e Material Permanente - Aparelhos e Utensílios Domésticos.

DA VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2017, face as disposições do art. 57 da Lei 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA: 10 de março de 2017.

SIGNATÁRIOS: Alfredo Gaspar de Mendonça Neto (Procurador-Geral de Justiça) e Sérgio Murilo Cordeiro de Melo (Representante legal da Contratada).

EXTRATO DO CONVÊNIO PGJ/AL N° 3/2017

CESSIONÁRIO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ n° 12.472.734/0001-52).

CEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA (CNPJ n° 12.264.396/0001-63).

DO OBJETO: Constitui objeto deste Convênio a prestação de mútua cooperação em atividades de interesse comum, mediante a cessão de servidores municipais para prestarem serviços junto ao CESSIONÁRIO, sem ônus.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Aplicação do art. 116 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

DA VIGÊNCIA: O convênio terá vigência da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2020.

DO ÔNUS: O ônus das cessões decorrentes deste Convênio será do órgão ou entidade CEDENTE.

DATA DA ASSINATURA: 22 de março de 2017.

SIGNATÁRIOS: Alfredo Gaspar de Mendonça Neto (Procurador-Geral de Justiça) e Gustavo Dantas Feijó (Prefeito Municipal de Boca da Mata)

Conselho Superior do Ministério Público

EDITAL DE REMOÇÃO N° 1/2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições e na forma do que preconiza o art. 9º, inciso VI, da Lei Complementar Estadual n° 15/1996, c/c o artigo 53 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas, torna público, para ciência dos interessados, que se encontra vaga a 6ª Promotoria de Justiça de Penedo, de 3ª entrância, que será provida por REMOÇÃO, pelo critério de MERECIMENTO, ficando aberto o prazo de 05 (cinco) dias, a partir do primeiro dia útil que se seguir à publicação deste edital, para inscrição de candidatos ao referido cargo.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 23 de março de 2017.

ALFREDO GASPAS DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

EXTRATO DA ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2017

Aos 9 (nove) dias do mês de março do ano de 2017 (dois mil e dezessete), às 10:00 horas, na sala dos Órgãos Colegiados, no 4º andar do edifício-sede da Procuradoria Geral de Justiça, compareceram, para realização da 5ª reunião ordinária do Conselho Superior do Ministério Público, os Conselheiros Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Valter José de Omena Acioly, Dilmir Lopes Camerino e Luiz Barbosa Carmaúba, sob a presidência do primeiro. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Lean Antônio Ferreira de Araújo e Antiógenes Marques de Lira. Havendo quorum, foi declarada aberta a sessão pelo Presidente. Em seguida, o Senhor Presidente justificou a ausência do Secretário do CSMP, nomeando para secretariar esta reunião o Promotor de Justiça Almir José Crescêncio. Ato contínuo, foi posta à apreciação a ata da 3ª reunião ordinária de 2017, a qual resultou aprovada. Em seguida, passou-se à análise dos processos para conhecimento: 1. Proc. PGJ/AL 717/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de procedimento preparatório em inquérito civil. 2. Proc. PGJ/AL 5280/2016. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação declínio de atribuição para a 66ª Promotoria de Justiça da Capital. 3. Proc. PGJ/AL 909/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de prorrogação de prazo de inquérito civil. 4. Proc. PGJ/AL 910/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de prorrogação de prazo de inquérito civil. 5. Proc. PGJ/AL 498/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de procedimento preparatório em inquérito civil. 6. Proc. PGJ/AL 698/2017. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de inquérito civil. 7. Proc. PGJ/AL 689/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de prorrogação de prazo para conclusão de inquérito civil. 8. Proc. PGJ/AL 688/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de prorrogação de prazo para conclusão de inquérito civil. 9. Proc. PGJ/AL 665/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de prorrogação de prazo para conclusão de inquérito civil. 10. Proc. PGJ/AL 666/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de prorrogação de prazo para conclusão de inquérito civil. 11. Proc. PGJ/AL 499/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de procedimento preparatório em inquérito civil. 12. Proc. PGJ/AL 513/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de prorrogação de prazo para conclusão de inquérito civil. 13. Proc. PGJ/AL 626/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de procedimento preparatório. 14. Proc. PGJ/AL 624/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de inquérito civil. 15. Proc. PGJ/AL 478/2017. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de inquérito civil. 16. Proc. PGJ/AL 480/2017. Origem: Promotoria de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação declínio de atribuição para a Promotoria de Justiça de Saúde da Capital. 17. Proc. PGJ/AL 479/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de notícia de fato n. 012016.00002311-1 em procedimento preparatório n. 06.2017.00000041-1. 18. Proc. PGJ/AL 458/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de procedimento administrativo n. 264/2015 em procedimento preparatório n. 06.2017.00000046-6. 19. Proc. PGJ/AL 457/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de procedimento administrativo n. 250/2015 em procedimento preparatório n. 06.2017.00000047-7. 20. Proc. PGJ/AL 456/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de procedimento administrativo n. 262/2015 em procedimento preparatório n. 06.2017.00000049-9. 21. Proc. PGJ/AL 454/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de procedimento administrativo n. 259/2015 em procedimento preparatório n. 06.2017.00000048-8. 22. Proc. PGJ/AL 453/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de prorrogação de prazo para conclusão de inquérito civil. 23. Proc. PGJ/AL 452/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de prorrogação de prazo para conclusão de inquérito civil. 24. Proc. PGJ/AL 628/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Paripueira. Assunto: Comunicação de instauração de procedimento preparatório n. 06.2016.00000297-1. 25. Proc. PGJ/AL 629/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Paripueira. Assunto: Comunicação de instauração de procedimento preparatório n. 06.2017.00000057-7. 26. Proc. PGJ/AL 442/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Maribondo. Assunto: Comunicação de prorrogação de prazo para conclusão de procedimento preparatório n. 06.2016.00000254-9. 27. Proc. PGJ/AL 895/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Maribondo. Assunto: Comunicação de prorrogação de prazo para conclusão de procedimento preparatório n. 06.2016.00000253-8. 28. Proc. PGJ/AL 896/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Maribondo. Assunto: Comunicação de instauração de procedimento preparatório n. 01/2017. 29. Proc. PGJ/AL 484/2017. Origem:

2ª Promotoria de Justiça de Penedo. Assunto: Comunicação de instauração de procedimento preparatório de inquérito civil público n. 06.2017.00000052-2. 30. Proc. PGJ/AL 482/2017. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Penedo. Assunto: Comunicação de instauração de inquérito civil público n. 06.2017.00000051-1. 31. Proc. PGJ/AL 564/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Cajueiro. Assunto: Comunicação de prorrogação de procedimento de inquérito civil n. 001/2016. 32. Proc. PGJ/AL 523/2017. Origem: Promotoria de Justiça de São Luiz do Quitunde. Assunto: Comunicação de Recomendação n. 02 à Prefeitura do Município de São Luiz do Quitunde para que inicie os procedimentos para contratação de empresa para realização de concurso público municipal. 33. Proc. PGJ/AL 559/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Matriz de Camaragibe. Assunto: Comunicação de instauração de procedimento preparatório n. 06.2017.00000053-3. 34. Proc. PGJ/AL 701/2017. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro. Assunto: Comunicação TAC firmando entre o Ministério Público e o Município de Marechal Deodoro, que tem por objetivo a normatização da segurança, higiene, fluidez do trânsito e outros aspectos pertinentes aos eventos festivos do carnaval 2017 no Município de Marechal Deodoro. 35. Proc. PGJ/AL 778/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Girau do Ponciano. Assunto: Comunicação de ajuizamento de ação civil pública com o fito de impedir a realização de vaquejada no Município de Girau do Ponciano. 36. Proc. PGJ/AL 792/2017. Origem: 62ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de procedimento preparatório n. 06.2017.00000064-4. 37. Proc. PGJ/AL 836/2017. Origem: 17ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de inquérito civil n. 06.2016. 38. Proc. PGJ/AL 889/2017. Origem: 16ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de prorrogação de inquérito civil público n. 001/2014. 39. Proc. PGJ/AL 890/2017. Origem: 16ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de prorrogação de inquérito civil público n. 004/2014. 40. Proc. PGJ/AL 725/2017. Origem: 16ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de ajuizamento de ação civil pública, com cópia da petição inicial. Não houve manifestação dos Conselheiros presentes acerca dos expedientes acima listados. Ato contínuo, passou-se a apreciar os processos para deliberação: 1. Inquérito Civil nº 01/2014 (PGJ/AL-572/2014). Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público. Assunto: Estação de Tratamento de Esgoto da Barra de São Miguel dos Campos. Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá. Proclamado o resultado: Não se tomou conhecimento do mérito. 2. Proc. PGJ/AL-3052/2016. Origem: 15ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Carlos André Teixeira da Rocha Bier. Assunto: Coação moral/assédio moral. Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá. Proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento, de acordo com o voto do relator. 3. Proc. PGJ/AL-2157/2016. Origem: 16ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público. Assunto: possível prática de ato administrativo ilícito pela Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Maceió. Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá. Proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento, de acordo com o voto do relator. 4. Proc. PGJ/AL-3587/2016 (CI nº 37/2013). Origem: 61ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Carlos Alexandre Lima Pereira. Assunto: Denúncias de supostas desidias e recusa em fornecer atestado médico por ortopedista do HGE. Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá. Proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento, de acordo com o voto do relator. 5. Proc. PGJ/AL-2281/2016. Origem: 18ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Manuilson Andrade Santos. Assunto: Representação. Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá. Proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento, de acordo com o voto do relator. 6. Proc. PGJ/AL-1449/2016 Apensos PGJ/AL-2235/2016 e NF n. 13/2016). Origem: 61ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Fernando Antônio Souza Dórea. Assunto: Representação. Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá. Proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento, de acordo com o voto do relator. 7. Proc. PGJ/AL-3843/2016 (ICP nº 001/12) (03 volumes). Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Penedo. Interessado(a): Município de Penedo. Assunto: Irregularidades no gasto de combustíveis em 2008. Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá. Proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento, sem remessa de cópias dos autos à Promotoria de Justiça de origem, a luz do voto do Conselheiro Valter José de Omena Acioly, vez que já existe outro procedimento no que aduz ao ressarcimento ao erário. 8. Proc. PGJ/AL-151/2015 (12 apensos). Origem: Promotoria de Justiça de Mata Grande. Interessado(a): Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Canapi e outros. Assunto: Irregularidades no Instituto de Previdência – IPREV, no rateio do FUNDEB e na ausência de realização de concurso público no Município de Canapi (Ref.: PGJ/AL-5554/2015). Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá. Proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento, de acordo com o voto do relator. 9. Proc. PGJ/AL-1904/2012 (PAP 002/2012-02 anexos). Origem: 4ª Promotoria de Justiça de Arapiraca. Interessado(a): Ministério Público. Assunto: Doação de imóvel público pelo município de Arapiraca. Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá. Proclamado o resultado: Conhecida

e homologada a promoção de arquivamento, de acordo com o voto do relator. 10. Proc. PGJ/AL-2196/2016. Origem: Promotoria de Justiça de Passo de Camaragibe. Interessado(a): Alex Sandro Cordeiro Costa. Assunto: Denúncia de risco de epidemia de leishmaniose visceral em Porto de Pedras/AL. Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Piraúá. Proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento, de acordo com o voto do relator. 11. Proc. PGJ/AL-3844/2016 (Proc. Adm. n° 1979/2006) (02 anexos). Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Penedo. Interessado(a): Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região. Assunto: Encaminhamento de documentos. Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Piraúá. Proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento, de acordo com o voto do relator. 12. Proc. PGJ/AL-2784/2016. Origem: Promotoria de Justiça de São José da Tapera. Interessado(a): Ministério Público Federal – Procuradoria da República em Arapiraca/AL. Assunto: Possíveis contratações irregulares de monitores do programa mais educação no município de Senador Rui Palmeira/AL. Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Piraúá. Proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento, de acordo com o voto do relator. 13. Proc. PAP n° 001/2013. Origem: 4ª Promotoria de Justiça de Arapiraca. Interessado(a): Ministério Público. Assunto: Apuração da legalidade na expedição de decreto de emergência pelo município de Craíbas. Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Piraúá. Proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento, de acordo com o voto do relator. O Senhor Presidente, pela ordem, verificando que os itens de 14 a 17 da ordem do dia, da relatória do Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Piraúá, são processos idênticos, e, após consultar o colegiado, deliberou pelo julgamento em bloco 14. Proc. PGJ/AL-4191/2016. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público Federal. Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Piraúá. 15. Proc. PGJ/AL-4110/2016. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público do Trabalho. Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Piraúá. 16. Proc. PGJ/AL-4125/2016. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público do Trabalho. Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Piraúá. 17. Proc. PGJ/AL-4126/2016. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público do Trabalho. Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Piraúá. Proclamado o resultado: O CSMP, por unanimidade, referendou os declínios de atribuições objetos dos autos, nos termos dos votos do Relator. O Senhor Presidente, pela ordem, verificando que os itens de 18 a 22 da ordem do dia, da relatória do Conselheiro Valter José de Omena Acioly, são processos idênticos, e, após consultar o colegiado, deliberou pelo julgamento em bloco. 18. Proc. PGJ/AL 4192/2016. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público Federal. Relator: Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Retorno de vista do Conselheiro Valter José de Omena Acioly). 19. Proc. PGJ/AL 4211/2016. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público Federal. Relator: Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Retorno de vista do Conselheiro Valter José de Omena Acioly). 20. Proc. PGJ/AL 4194/2016. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público Federal. Relator: Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Retorno de vista do Conselheiro Valter José de Omena Acioly). Proclamado o resultado: O Presidente sugere aos Conselheiros Presentes que, diante do privilégio de suas inteligências, façam um estudo para solucionar a questão do voto vista, no caso de processos em que já existem voto de Conselheiros não reconduzidos, retirando-se de pauta, de forma unânime, os itens 18 a 20 da ordem do dia. Senhor Presidente, pela ordem, verificando mais uma vez que os itens de 21 a 22 da ordem do dia, da relatória do Conselheiro Valter José de Omena Acioly, são processos idênticos, e, após consultar o colegiado, deliberou pelo julgamento em bloco. 21. Proc. PGJ/AL 2984/2016. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público Federal. Relator: Conselheiro Valter José de Omena Acioly. 22. Proc. PGJ/AL 3068/2016. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público Federal. Relator: Conselheiro Valter José de Omena Acioly. Proclamado o resultado: O CSMP não tomou conhecimento, nos termos do voto do relator, porém, por sugestão do Conselheiro Dilmar Lopes Camerino, que foi acompanhada pelos demais Conselheiros, foi eximida sua remessa à Corregedoria-Geral do Ministério Público. Na fase de comunicações, o Conselheiro Dilmar Lopes Camerino informou que o Conselheiro Lean Antônio Ferreira de Araújo solicitou que sua ausência fosse justificada, em virtude de se encontrar em uma reunião dos Corregedores-Gerais de Justiça na cidade de Curitiba/PR. Ainda na fase de comunicações, o Conselheiro

Dilmar Lopes Camerino propôs o encaminhamento de votos de pesar à família do Desembargador Geraldo Tenório, em virtude de seu falecimento. A proposição foi aceita por todos os Conselheiros presentes e será encaminhada nota de pesar à família do Desembargador Geraldo Tenório. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, e, para constar, eu, Almir José Crescêncio Promotor de Justiça e Secretário designado, lavrei a presente ata, que vai assinada, nos termos do art. 30, § 5º, do Regimento Interno, por mim, pelo Presidente e pelos demais Conselheiros presentes.

Conselheiro ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO – Presidente

Conselheiro GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAÚÁ

Conselheiro VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

Conselheiro LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

Conselheiro DILMAR LOPES CAMERINO

Almir José Crescêncio

Promotor de Justiça

Secretário, designado, do Conselho Superior do Ministério Público

Promotorias de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROMOTORIA DA FAZENDA ESTADUAL
RESENHA

A 18ª Promotoria de Justiça da Capital (Fazenda Pública Estadual), por meio do Promotor de Justiça signatário, vem, nos termos do art. 5º da Resolução 23, de 17.09.2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, cientificar o(s) interessado(s), a adoção de providências nos Procedimentos Administrativos a seguir nominados: PA 49/17 – Interessado: Secretaria de Ressocialização e Inclusão Social do Estado de Alagoas. Objeto: Aplicação de recursos do Fundo Penitenciário Nacional. Decisão: Por não se tratar de denúncia que implique investigações por parte desse órgão ministerial, determino seu arquivamento. PA 216/16 – Objeto: Irregularidades nas contas do Governo do Estado referentes ao exercício de 2011 – Decisão: determino o arquivamento do procedimento administrativo e a remessa dos autos ao Conselho Superior do Ministério Público.

GEORGE SARMENTO LINS JÚNIOR
Promotor de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAJUEIRO

PORTARIA DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO N° 02/2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, através do Promotor de Justiça titular da Comarca de Cajueiro/AL, adiante firmado, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO que o art. 129, inciso III da Constituição Federal traz como função institucional do Ministério Público “promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos”;

CONSIDERANDO a vedação constitucional de crueldade contra os animais, consoante disposto no art. 225 da Magna Carta; CONSIDERANDO que, nesse contexto, emerge como questão se as vaquejadas são ou não, de per si, um crime ambiental, abstraindo a possibilidade de ocorrência de outros crimes autônomos durante os eventos;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal decidiu, nos autos da ADI 4983, que a Lei 15.299/2013 do estado do Ceará, que regulamentava a Vaquejada, violava a Constituição Federal, todavia, a referida decisão ainda não foi oficialmente publicada no órgão oficial, pendendo controvérsias acerca do âmbito de aplicação do decism, da transcendência dos motivos determinantes e de eventual concessão de eficácia prospectiva;

CONSIDERANDO que na mais recente decisão proferida do Supremo Tribunal Federal, nos autos da Reclamação Constitucional Rcl 25869/PI, a teor da Decisão Monocrática exarada pelo Ministro Teori Zavascki em 12/12/2016, publicada no DJE n° 264 em 13/12/2016, Sua Excelência expressamente declarou que do julgamento da ADI 4983 não é cabível até o presente momento “extrair conclusão no sentido da proibição de sua prática em todo o território nacional”;

CONSIDERANDO que no Município de Cajueiro está agendada uma vaquejada do Circuito Amador para os dias 17 a 19 de março, impondo-se a necessidade de fiscalização do Ministério Público;

CONSIDERANDO a necessidade de se preservar a aplicação da Lei nº 7.347/85, Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007 e Artigo 26, I, da Lei 8.625/93;

RESOLVE:

a) Instaurar procedimento preparatório de inquérito civil, conforme artigo 2º, parágrafo 4º, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que determina a instauração de procedimento preparatório quando houver necessidade de apurar e complementar as informações apresentadas, adotando para tanto as medidas legais cabíveis e;

b) Realizar as seguintes providências:

- Autue-se e registre-se a presente portaria e documentação anexa;
 - Publique-se Recomendação de nº 001/2017 -PJC
 - Notifique-se o organizador do evento bem como a Associação Alagoana de Criadores de Quarto de Milha (ALQCM) acerca do teor da Recomendação;
 - Demais diligências que se afigurarem necessárias;
 - Comunique-se ao Procurador-Geral de Justiça, presidente do Conselho Superior do Ministério Público a instauração da presente portaria;
- Cumpra-se.
Cajueiro/AL, 14 de Fevereiro de 2017.

MARIA LUÍSA MAIA SANTOS
Promotora de Justiça

UM TEMA FASCINANTE

A exuberância de cores e formas da fauna alagoana.

A mais importante publicação cultural de Alagoas estreou novo projeto gráfico com um assunto tão essencial quanto instigante. Com visual mais moderno, enxuto e atraente, **Graciliano** mantém a seriedade e a profundidade jornalística ao revelar as maravilhas do reino animal que habitam e povoam nossas matas, florestas e reservas ambientais.



**Nas bancas,
livrarias e em
nossa loja virtual**

imprensaoficial.com.br